



REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA LATINO-AMERICANA: O DISCURSO DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE COMO PROJETO MODERNIZADOR E DESENVOLVIMENTISTA

Paulo Vinícius Menezes de Medeiros¹

Mestre pelo PPGE/UFU

Doutorando pelo CEPPAC/Unb

e-mail: pvmmedeiros@hotmail.com

Resumo

A Iniciativa de Integração Regional Sulamericana e o Plano Mesoamérica visam promover o desenvolvimento da América Latina e Caribe a partir de projetos de infraestrutura. Os dois projetos traçam perfis semelhantes no que tange a institucionalização, motivação e consecução, e visam edificar a região como exportadora de bens primários, retomando o debate acerca da reprimarização. O trabalho analisa comparativamente a forma institucional, política e histórica a quais estão inseridos. A infraestrutura física é de suma importância para o desenvolvimento da região, entretanto, observa-se uma relação conflituosa entre investimento em infraestrutura, Estado e sociedade na região no século XXI.

Palavras-chave

Reprimarização; Desenvolvimento; Infraestrutura de transportes; Políticas Públicas; Integração Regional

Resumen

La Iniciativa para la Integración Regional Sudamericana y el Plan Mesoamérica buscan promover el desarrollo de América Latina y el Caribe a partir de proyectos de inversión en infraestructura. Ambos proyectos dibujan perfiles similares con respecto a la institucionalización, la motivación y sus logros, debido a que su objetivo primordial es el de construir a la región como una exportadora de bienes primarios, retomando el debate sobre la re-primarización. El artículo analiza comparativamente la forma institucional, política e histórica que se insertan dichos programas. La infraestructura física es de suma importancia para el desarrollo de la región, sin embargo, existe una relación de confrontación entre la inversión en infraestructura, el Estado y la sociedad en la región durante el siglo XXI.

Palabras clave

Reprimarización; Desarrollo, Infraestructura de transportes; Políticas Publicas; Integración Regional

¹ Membro do Grupo de Estudos Comparados México, Caribe, América Central e Brasil (MeCACB) e do Laboratório de Pesquisa sobre Estado e Desenvolvimento nas Américas (LAPEDA).

Introdução

Nos últimos anos, percebemos um aumento do processo de dependência dos países periféricos latino-americanos em relação aos países centrais², sobretudo por sua estrutura na balança de pagamentos cujo modelo agroexportador daqueles vem crescendo vertiginosamente e estreitando a relação de subordinação entre periferia e centro.

Por detrás desse processo, estão vários planos de integração física e econômica para os países latino-americanos na tentativa de supostamente buscar um caminho ou um salto para o desenvolvimento, não obstante os projetos e propostas de financiamento, como também os ditames desses diversos planos de investimento em infraestrutura parecem possuir regras implícitas em sua base, pois aparece a figura do capitalista e do capitalismo que têm em sua lógica a "saída da crise" através da exploração do trabalho, degradação e saque das riquezas naturais e opressão dos povos dos países periféricos (CARCANHOLO, 2009; GALEANO, 2012).

A literatura e dados macroeconômicos apontam para esse novo contexto: o atual processo de reprimarização da economia latino-americana, ou seja, a dependência e a volta da economia para a exportação de commodities e importação de bens manufaturados e os efeitos ramificadores para toda a conjuntura da região frente ao comércio exterior internacional (CARCANHOLO, 2009; MANCIO & MOREIRA, 2012; GRAVA, 2014;).

Em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento com escassez de capital, é saliente que o setor público seja responsável pelo planejamento da melhor cadência de investimentos que levariam a um desenvolvimento mais abrupto, visto que o investimento simultâneo em diversos setores de um solavanco pode se tornar um exercício inviável. Nesse sentido, a estratégia mais apropriada – e a mais viável para países com escassez de capital – seria determinar os setores-chave de uma economia e neles investir. Isto é, os recursos deveriam ser alocados naqueles setores que apresentam maior capacidade de induzir novos investimentos, cujos resultados despertem a dinâmica do desenvolvimento para a coletividade (HIRSCHMAN, 1961).

² A distinção entre países periféricos e países centrais se dá através da perspectiva teórica de compreender o imperialismo e seu fenômeno através da relação de dependência entre os primeiros para com os segundos. Neste sentido, os países centrais são caracterizados como aqueles que detêm elevado nível de desenvolvimento econômico (baseado em variáveis como renda *per capita*, industrialização, indicadores sociais dentre outros) e tecnológico, além de grande influência político-econômica internacional. Além da dependência econômica, os periféricos se caracterizam por possuírem deficiência tecnológica, endividamento externo, pouca influência nas relações comerciais internacionais, dentre outros.

Portanto, nos países periféricos da América Latina, o Estado assume papel determinante para o rumo do crescimento e desenvolvimento de sua região, pois sua forma vem modelada conforme o cenário internacional ao longo do tempo e as políticas macroeconômicas por ele implementadas e adotadas possuem respaldo até os dias atuais. Logo, no contexto desses países, o Estado é agente inovador conjuntamente articulado com a iniciativa privada, de maneira que possa internalizar as inovações provenientes dos países centrais. Observada sua realidade intrínseca, isso passa desde a oferta de bens públicos até a formulação de suas políticas sociais e econômicas.

Destarte, os planos de integração e investimento em infraestrutura para os países da América Latina são de extrema importância para o resgate do crescimento, sobretudo, do desenvolvimento da região sem que se intensifique a relação de dependência constituída entre a periferia e os países centrais.

Neste sentido, o trabalho busca debater o fenômeno da reprimarização da economia latino-americana, a partir de uma investigação institucional comparativa sobre dois planos de integração e investimento em infraestrutura na América Latina e Caribe: a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Plano Mesoamérica. Concomitantemente, busca-se observar as razões que constituíram tais projetos, analisando sucintamente através de um marco-histórico, como também observando o debate sobre os efeitos sobre a sociedade e o espaço no qual se inserem.

O fenômeno da reprimarização

A primeira década do século XXI evidenciou o período de bonança das economias latino-americanas marcadas por um aumento da exportação de bens primários como petróleo, oleaginosas, café, cobre, petróleo, minério de ferro e dentre outros produtos. Esse efeito proporcionou um aumento do PIB regional e a construção e planejamento de diversas políticas de governo e de Estado, porém se há um profundo debate sobre os efeitos desse crescimento do setor primário sobre os demais: o impacto da reprimarização nas economias dessa região.

Embora tal processo na região tenha impulsionado um crescimento econômico devido ao aumento dos preços dos bens primários, o retorno a alta dependência destes e com baixo grau de elaboração, pela própria etimologia da palavra, sujeita a região a uma maldição, ou seja, seus ciclos econômicos dependem da volatilidade dos preços desses bens.

O debate sobre o processo de industrialização surge num momento de entropia da crise dos 1930 e os modelos e políticas adotadas para o desenvolvimento, sobretudo nas economias periféricas³, e segue até os anos 1980. Neste período, operou-se uma nova forma de atuação do Estado com adoção do modelo de industrialização para América Latina e é marcado pela crise da dívida ocasionada pelo financiamento externo. Na década de 1970, esse modelo já apresentava críticas tanto pela direita ortodoxa econômica como pela esquerda política. A primeira corrente criticava a alta proteção tarifária e o excessivo intervencionismo estatal. A segunda criticava a incapacidade de superar a dependência externa para a transformação das estruturas socioeconômicas desiguais formuladas no passado. Como expressou Hirschman: “Se esperaba que la industrialización cambiara el orden social, y todo lo que hizo fue producir manufacturas” (OCAMPO, 2015, p. 25).

Conforme Hirschman (1961), os determinantes sobre o investimento e poupança são considerados independentes nas economias mais avançadas, pois a renda per capita é um elemento essencial na oferta de poupança. Em contrapartida, nas economias periféricas, as decisões sobre as duas assertivas são amplamente interdependentes. Nestas, as somas na poupança dependem ainda mais de um volume de oportunidades de investimentos e da retirada de várias barreiras para a atividade do investimento do que do aumento da renda.

Para os caminhos do desenvolvimento, em caráter teórico semelhante apontados por Hirschman, Wallich (1958) defende que é distinta a adequação à expansão clássica schumpeteriana - preocupação em compreender os ciclos de expansão capitalista - para os países em desenvolvimento, neste caso, os países latino-americanos, por causa de suas condições prévias. Tal expansão se atribui à disponibilidade de capital, ao perfil dos empresários capitalistas e ao nível de concorrência. Destarte, a teoria schumpeteriana quando adotada por países menos desenvolvidos, tem seu modelo questionado por Wallich, uma vez que, nestes, é no Estado que recai a principal força motriz. Nos exemplos de países centrais, ela alude na figura do empresário, da firma, já que o objetivo é o enriquecimento privado (OLIVEIRA, 2015).

Ainda na visão o autor supracitado, o capitalismo periférico se propala por influência das inovações do setor público, sendo assim, a inovação é um fenômeno exclusivo que provém do setor privado. É importante dizer que tal premissa possui um contexto na realidade capitalista em países centrais dos anos 1950, quando o Estado possuía um papel menos presente no cotidiano da sociedade. A oferta de bens é a

³ Prebisch (2000) inaugura em 1949 os termos da relação “centro x periferia” para caracterizar as economias latino-americanas (periféricas) à base da dependência de países desenvolvidos (centrais) e a relação entre o domínio do progresso técnico e desenvolvimento.

força motriz da firma schumpeteriana, logo, é voltada para a produção. É pressuposto o consumo – força pertencente à demanda - para o processo de desenvolvimento. Assim, o resultado não se origina a partir da própria inovação, e sim da incorporação das inovações existentes. Em outras palavras, o desenvolvimento é derivado das inovações realizadas em outro lugar, nascendo, portanto, o conceito de desenvolvimento derivado (OLIVEIRA, 2015).

O processo de industrialização dos países latino-americanos e emparelhamento ao capital internacional imperialista - independentemente das políticas macroeconômicas e dos problemas estruturais dirigidos pelo Estado - afundou com o fim da contração do financiamento externo. Tal ciclo, com início na década de 1960, generalizou-se por toda a região até a década de 1970, quando se dá o freio no financiamento e aumento da crise da dívida externa no começo dos anos 1980. A América Latina, entre 1973 e 1981, absorvia mais da metade da dívida privada destinada ao mundo em desenvolvimento e ainda assim seguia como a região que atraía maiores fluxos de investimento direto estrangeiro (OCAMPO, 2015).

Ainda que os dados sobre o crescimento dessas economias sejam reconhecidos pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)⁴ como um êxito, principalmente, após a crise de 2008 e a difícil situação econômica que se instaurou nos grandes centros econômicos, o crescimento sustentado das exportações de bens primários se deveu pela solidez de mercados emergentes da Ásia.

O resultado consequente é o processo de reprimarização da economia iniciado nos anos 1990, quando se evidenciou o esgotamento do Processo de Substituição de Importações. Fato é que este modelo propiciou o crescimento econômico e o avanço em políticas sociais. Porém, pela ótica do desenvolvimento, tornou-se um modelo totalmente engendrado ao mercado internacional, dependente da demanda dos Estados Unidos, Europa e China, deixando uma herança negativa no âmbito socioeconômico e ambiental.

Destarte, mais uma vez a América Latina é reconhecida e se reconhece por seus governos como o principal fornecedor de matérias-primas para o mundo. O risco sobre a dependência dessas exportações é alvo de intensos debates e discursos sobre a problemática e os impactos para o desenvolvimento dessas economias. Ao mesmo tempo, no período de bonança, surgem inúmeros programas e políticas de investimento em infraestrutura para melhor atender o mercado externo, ainda com a advertência da falta de estabilidade e sustentabilidade do modelo de desenvolvimento. O discurso implantando visa, a longo prazo, melhorar a infraestrutura econômica, a mudança paulatina dos tipos de comércio e o aumento dos

⁴ Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1074/103/2010-2011_es.pdf>. Acesso em: 23 out. 2012.

investimentos na produção, na diversificação das exportações, no aumento do valor agregado dos produtos e na elevação da competitividade das exportações.

O cerne da questão sobre o fenômeno é a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento ser capaz ou não de manter um crescimento sustentado e suficiente para erradicar a pobreza. Há vários casos e momentos históricos que as exportações de matérias-primas de baixo valor agregado tenham transformado o quadro social de alguns países latino-americanos. Recentemente, o Chile com sua alta dependência da exportação de cobre – cerca de 75% de suas exportações são deste produto – destinou os recursos à inovação tecnológica e educativa e ambas foram capazes de propiciar um fundo anual de 24%, isto é, mesmo com a queda do preço do cobre, o governo chileno ainda conseguia promover programas de bem-estar social (HAUSMANN & HIDALGO, 2010).

Rodríguez (2012) afirma que com a crise mundial recente, a maioria dos países latino-americanos se converteram em espaços atrativos para o investimento estrangeiro no setor primário e caracteriza a reprimarização da região em dois tipos: a) a recuperação do setor primário no produto agregado e nas exportações, através da observação do retrocesso do setor manufatureiro, por causa da perda da importância do projeto de industrialização e de sua queda na participação do PIB, e; b) países com economias exportadoras de recursos naturais e mão-de-obra barata. Neste sentido, o extrativismo se torna um mecanismo de fácil inserção nos mercados internacionais e como uma alternativa à entrada de recursos provenientes do setor externo. Tal fenômeno passa, neste momento, pela incorporação de atividades tecnológicas maduras, porém geradoras de baixo valor agregado, com uma pauta pouca diversificada, com empregos instáveis e precários e salários abaixo da média se comparada com outras atividades econômicas.

Como aponta Marini (2000), a relativa homogeneização da base tecnológica dos países centrais permite a absorção e consumo das inovações por parte dos segmentos conexos ao setor produtor de bem-salário. Isso cria as bases para um mercado de massas e, para as indústrias de bens de capital, a ampliação da industrialização do centro de forma orgânica. O que ocorre de maneira distinta nos países periféricos e dependentes, pois dada a integração no mercado mundial e os desníveis tecnológicos, não poderão dar a mesma resposta que os países centrais dão as suas economias recorrendo, por conseguinte, à superexploração do trabalho.

Além disso, uma economia baseada em recursos naturais, pode ter uma probabilidade maior de um frágil desenvolvimento institucional, quando comparadas às economias com estruturas produtivas mais dinâmicas, porque quanto mais reduzido o setor produtivo, menor a demanda por instituições que

estabeleçam o jogo para transações entre pessoas e setores diferentes. Além disso, altos preços primários, podem gerar bem-estar dos cidadãos por intermédio de governos populistas, conseguindo apoio político. Ademais, uma diversificação produtiva reduz a volatilidade do produto e a vulnerabilidade externa, além de gerar aprendizagem e oportunidades de avançar com o progresso técnico. Se persistida essa política de desenvolvimento apoiada na exportação de commodities, seria necessária, ao menos, a criação de um fundo de estabilização vinculado ao preço dos produtos de exportação na fase descendente da economia latino-americana (MACHINEA, 2012).

Historicamente, a região passou por modelos e etapas de desenvolvimento marcadas pelas diversas correntes acadêmicas que defendiam sistemas e organização das economias sob diferentes perspectivas, mas o fato é que a exportação de produtos primários, o processo de substituição de importações e o modelo pós-período a este, consubstanciam para o entendimento de que há uma manutenção e um acasalamento entre crescimento econômico e exportação de recursos primários.

A Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Plano Mesoamérica: características e históricos

Depois de introduzir o papel da informação, da racionalidade humana, de incorporar os custos econômicos de transação na teoria econômica e a análise dos processos políticos e sociais, revelou-se a necessidade da importância das instituições para o desempenho da economia de um país e de suas atividades setoriais que o compõem, determinando que a equidade e a eficiência de uma ordem social dependem do sistema institucional e da qualidade de suas organizações, ao passo que orientam o comportamento dos agentes econômicos através da constituição de restrições e incentivos (ROZAS & SANCHES, 2004).

Os objetos de análise deste trabalho, a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Plano Mesoamérica, originalmente batizado de Plano Puebla-Panamá (PPP), possuem movimentos políticos semelhantes. Ambos se germinaram na década de 1990 e se formalizaram ao final dela e no início do século XXI, respectivamente. A IIRSA é consubstanciada a partir da I Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em outubro de 2000, com a proposta de integrar fisicamente a América do Sul. Já o PPP fora proposto pelo presidente mexicano à época, Vicente Fox, em junho de 2001 na cúpula sub-regional, El Salvador. A IIRSA foi impulsionada como uma nova referência regional de identidade internacional do Brasil e da região América do Sul, no qual o conceito de América Latina, enfatizado por Fernando Henrique Cardoso na Cúpula Sul-americana, é transmutado sob a ideia de se reafirmar a

identidade própria da região. Em outras palavras, foi a proposta de colocar a imagem da coesão da América do Sul, e não mais América latina, de modo que os países da região se sobressaíam para o caminho do desenvolvimento. (COUTO, 2006).

S propostas eram de edificar em suas regiões uma infraestrutura básica nas áreas de comunicação, energia e transporte, com o objetivo integracionista, com ênfase no fortalecimento de corredores de exportação. Ademais, por possuírem um conjunto de fatores importantes como espaço territorial em suas regiões, recursos demográficos e naturais em demasia, desenvolvimento industrial e tecnológico, etc., os países que encabeçaram, como vimos, foram dois: Brasil, no caso da IIRSA, e México, no caso do PPP.

A IIRSA é composta por dez países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela⁵. Nela, existem dez Eixos de Integração e Desenvolvimento, cujos projetos são físicos e transnacionais e existe a participação ativa de todos os países envolvidos em cada eixo. Já o Plano Mesoamérica é composto por: Belize, Colômbia (desde 2006), Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, República Dominicana (desde 2009) e oitos estados do México⁶. Nele, são dois eixos políticos e econômicos divididos em nove áreas, e em cada qual a responsabilidade é de um membro do Plano.

Os dois planos, IIRSA e PPP, também nascem em meio à proposta da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e ao projeto integracionista com o intuito de ampliar as bases comerciais favorecidas pela provisão de infraestrutura adequada, isto é, um projeto que vai ao encontro de políticas liberalizantes na região. Assim, ambos surgem a partir da agenda privatizadora da década de 1990, isto é, dos preceitos do Consenso de Washington e da pressão dos organismos internacionais financeiros. A atração do setor privado para os investimentos em infraestrutura, ademais, para a consecução dos investimentos nos Estados latino-americanos por ora sucateados. Com uma infraestrutura sofrível e estados endividados, além da transferência de ativos em vez de novos investimentos por parte dos investidores privados, crise fiscal e terremotos financeiros tanto na Ásia como no México, os dois planos, no fim dos anos 1990, representariam um caminho de resgate dos investimentos necessários para recompor e promover a infraestrutura necessária que exige a concorrência capitalista. Numa comparação entre seus documentos oficiais, os dois planos possuem como objetivos uma estratégia de visão integradora, sustentável, com

⁵ Disponível em: http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/api_agenda_de_projetos_port.pdf. Acesso em: 16 out. 2013.

⁶ Disponível em: [http://www.proyectomesoamerica.org/joomla/images/Documents/ppt%20general%20PM%20con%20cifras%20\\$%2013%20agosto%2015%20VF.pdf](http://www.proyectomesoamerica.org/joomla/images/Documents/ppt%20general%20PM%20con%20cifras%20$%2013%20agosto%2015%20VF.pdf). Acesso em: 20 mai. 2016.

transformação e modernização dos espaços, ou seja, uma agenda de desenvolvimento (FERNANDÉZ, 2012).

Para estabelecer as três linhas gerais norteadoras das ações da iniciativa do IIRSA (coordenação de planos e de investimentos, compatibilização e harmonização dos aspectos regulatórios e institucionais – fórmulas para estimular os investidores privados) a coordenação está a cargo do Comitê de Coordenação Técnica (CCT) que seria formado por três entidades multilaterais de fomento: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Há um conselho de ministros de infraestrutura e planejamento compostos pelos representantes dos governos dos países, formando o Comitê de Direção Executiva (CDE), com a responsabilidade de guiar os trabalhos técnicos, conforme as prioridades estabelecidas pelos governos. O CCT que hierarquizava os projetos e eram responsáveis pela contratação de estudos e consultorias para orientar a tomada de decisão. Ou seja, o CCT atuava em todas as fases. Enquanto o Plano Mesoamérica possui um corpo maior de organismos e agências para fomentar o financiamento: Banco Mundial, BID, FONPLATA, BNDES, União Europeia, Banco Centro-americano de Integração Econômica (BCIE) e as agências de desenvolvimento dos governos do Japão, Espanha e Estados Unidos (CARRION & PAIM, 2006; COUTO & PADULA, 2012; FERNANDÉZ, 2012).

Portanto, a integração se apresenta inexoravelmente física, através da construção de corredores bioceânicos voltados para a exportação buscando uma diminuição dos custos de frete e seguro. Destarte, é o crescimento da exportação de bens primários que reforça a obrigação de melhorar a eficiência do transporte, eliminando as normativas regulatórias de cada país e ocasionando uma homogeneidade para servir a exportação e a lógica do capital. Como são produtos básicos, de baixo valor agregado, afeta a concorrência interna, produzindo um modelo tendendo ao crescimento apoiado na máxima redução de custos e na criação de uma concorrência ampla, dificultando comércio inter-regional e transformando em rivais comerciais pela busca de mercados. O desenvolvimento e a modernização da região, dentro da lógica destes programas, apontam para o cenário de enfraquecimento das relações comerciais entre os países que a congregam sob a ótica das vantagens comparativas

As políticas de integração e o mapeamento dos conflitos socioambientais

Como Dabéne (2014) explica, foram quatro ondas de regionalismo, sendo que nos últimos sessenta anos foram lançadas cerca de trinta iniciativas. O autor utiliza o termo "ondas" para exprimir "una secuencia histórica durante la cual diferentes regiones se desarrollan en forma paralela". Por conseguinte, a IIRSA e o Plano Mesoamérica, antes PPP, fazem parte da terceira onda de regionalismo - juntos com a Comunidade Andina de Nações (CAN) e o Grupo dos Três (G3) formados por Colômbia, México e Venezuela – que nasce no fim dos anos 1980, a partir da adesão ao neoliberalismo encarnado pelo MERCOSUL.

Sua origem, portanto, advém do Tratado de Livre Comércio da América do Norte em 1992 (TLCAN) e que se propôs a estender por todo o resto do continente por intermédio da proposta da Área do Livre Comércio (ALCA), promovido pelo entendimento da CEPAL a base do "regionalismo aberto". O autor faz um balanço dos acordos históricos da integração regional na América Latina descrevendo seis pontos frágeis: 1) instabilidade e crise frequente; 2) interdependência comercial escassa; 3) assimetrias crescentes; 4) frágil institucionalização; 5) geometria variável, e; 6) influências/dependências exterior. Em outras palavras, apesar destes variados processos de regionalismos que se entrelaçaram e se sobrepuseram, nenhum deles, até momento, conseguiu efetivamente êxito em um projeto de integração e, mais importante, de desenvolvimento sustentável aos povos da região (DABÉNE, 2014).

A partir da observação da não fluidez a longo prazo dos diversos projetos e propostas de integração, cabe perguntar-se a razão pela qual os países da América Latina e Caribe não superam e não despregaram da disputa hegemônica internacional. Seria possível construir um modelo de integração e projetos de investimento em infraestrutura sem o interesse dos Estados Unidos e de outros atores globais importantes? Seria possível a região abster-se da disputa e da manutenção da subordinação?

Segundo Novion (2014), a hegemonia na América Latina perpassa pela ideia da combinação entre políticas de integração e doutrinas de segurança vinculadas, em sua maioria, ao que Quijano (2009)⁷ batiza de "colonialidade do poder, do saber e do ser". Neste sentido, o autor traz o a segmentação dos interesses políticos e econômicos da influência dos EUA a partir da ótica do Binômio e historiciza os contextos sob a lógica da colonialidade tendo, embrionariamente, duas ideias conjuntas: o Destino Manifesto com o lema "o povo escolhido para a terra prometida" e a Doutrina Monrou com o lema "América para os americanos". A primeira como uma construção interna de uma imagem e uma ideia do que se pretendia ser a partir da influência dos EUA; a segunda como tentativa de frear a recolonização do continente por outros países não

⁷ QUIJANO, Anibal. La colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina In: LANDER, Edgardo & CASTRO-GÓMEZ, Santiago. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Clacso. Buenos Aires, 2000.

americanos. Os EUA encabeçam então os projetos pioneiros de integração na América tendo influenciado em todo o século XX até atualmente (NOVION, 2014).

Neste sentido, Novion (2014) traz cinco expressões do Binômio: 1) Panamericanismo, representado pela diplomacia do dólar e a política do garrote (Big Stick); 2) Interamericanismo, pela Doutrina da Boa Vizinhança e do Bom Vizinho; 3) Interamericanismo, pela Doutrina da Contra-insurgência; 4) Aliança para o Progresso, pela Doutrina Anticomunista; e 5) Globalização Neoliberal, pela Doutrina Anti narcoterrorismo. As propostas da IIRSA e do Mesoamérica estariam, portanto, no quarto e quinto Binômio, cujas propostas, inicialmente, seriam multilaterais e, posteriormente, unilateral ou até mesmo bilateral, por causa da pressão estadunidense nos acordos diplomáticos, cujas questões ambientais passariam a incorporar as políticas da América do Sul e o combate ao narcotráfico no México, América Central e Caribe, bem como, o terrorismo passaria também a figurar na agenda macrorregional de forma conjunta. Os projetos que possuem o discurso do desenvolvimento e da modernização a partir da integração física, porém, atendem a uma lógica de cooperação e integração inter-regional onde as ideias e doutrinas são encabeçadas pelos EUA, atendendo a sua formatação e interesse hegemônico no domínio dos recursos da América Latina, subordinando-a a sua lógica de expansão comercialmente, ideologicamente e militarmente.

Nesta onda de políticas de investimento em infraestrutura e conflitos sociais sobre a terra e os recursos ambientais, surgiram vários observatórios no final do século XX e início do XXI. De acordo com o Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina (OCMAL)⁸, fundado em 2006, foram catalogados 216 conflitos, sendo seis deles transfronteiriços, afetando 330 comunidades em toda a região mais o Caribe. Perú, México, Chile, Argentina e Brasil são os países onde se concentram esses conflitos. Em um trabalho semelhante, o Environmental Justice Organisations, Liabilities and Trade (EJOLT)⁹ disponibiliza um Atlas de Justiça Ambiental, com uma vasta equipe de cientistas ao redor do mundo que monitora conflitos ambientais, associados ao processo da exploração dos recursos via expansão da agricultura, mineração, petróleo, construção de projetos de infraestrutura, etc. Também há o Observatório Latinoamericano de Geopolítica (OLAG)¹⁰, desenvolvido pela Fundação Pacificar, que busca investigar como se relacionam os projetos sistêmicos ou civilizacionais através de uma perspectiva que integra território e sociedade, e também a partir do mapeamento dos recursos naturais, megaprojetos de infraestrutura e polos de resistência e contra-hegemonia.

⁸ Disponível em: <http://mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db/>. Acesso em: 25 abr. 2016.

⁹ Disponível em: <<http://ejatlas.org/>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.geopolitica.ws/el-proyecto>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

As vítimas desse processo em sua maioria são pobres e indígenas e não possuem poder político ou acesso à justiça. Apenas agregam o projeto de expansão capitalista quando servem de mão-de-obra barata. Em suma, os diversos projetos observacionais, de produção de inventários e mapas são um reflexo para evidenciar as causas estruturais de tantos conflitos que nascem sob o paradigma da reprimarização nas economias latino-americanas. O processo obedece a demanda internacional por produtos primários, aliada a uma política econômica nacional que favorece a instauração desmedida de capital estrangeiro e o favorecimento de pequenos grupos oligárquicos, ademais, representa um motor de crescimento econômico fadado ao fracasso, por ser uma via que aprofunda o extrativismo, a degradação ambiental, a flexibilização das normas ambientais e aumento de conflitos entre o investimento em infraestrutura e as sociedades tradicionais, sob a prerrogativa de um modelo de crescimento sustentável.

Considerações Finais

As diversas propostas de investimento em infraestrutura, sobretudo as políticas de integração econômica são debatidas desde que o projeto de industrialização dos países latino-americanos entrou em pauta, principalmente, após as duas grandes Guerras Mundiais no século XX, quando a região passou a perceber um ganho elevado com o comércio internacional a partir da exportação de matéria-prima e elevados níveis de emprego.

Entretanto, o caminho do desenvolvimento foi tomando novas facetas e os debates teóricos, acadêmicos e políticos, fortaleceram para um entendimento maior e para uma visão crítica sobre os vários modelos empregados para atingir tal fim. O rompimento de alguns paradigmas foi importante para entender que o contexto latino-americano se insere no comércio internacional dentro de algumas prerrogativas e o esforço para superá-las emperra em uma estrutura política e econômica que não se encerra com medidas de curto e longo prazo.

É fato que, nos moldes do sistema capitalista, uma infraestrutura adequada e capaz de proporcionar produtividade e eficiência para dentro e fora do mercado é de extrema relevância para atingir o crescimento econômico e o desenvolvimento se acompanhado de outras medidas e reformas, importantes para a mudança sistemática da conjuntura estrutural da América Latina.

Pela difícil determinação dos pontos escassez crítica, segundo Hirshman (1961) da periferia americana, os programas e projetos de infraestrutura voltados para o provimento de competitividade no mercado internacional para os países da região, vêm obedecendo uma lógica permanente e incapaz de

propagar um novo salto de desenvolvimento econômico e social. Em suas entrelinhas, a reprimarização guarda em seu bojo, aspectos historicamente debatidos e enfrentados, demonstrando os percalços e a relação de subserviência que poderá novamente trazer a essas economias se não acompanharem reformas importantes.

A velha relação centro-periferia a partir do fenômeno em questão, pode criar obstáculos ao renascimento e ao desenvolvimento do setor industrial a longo prazo, trazendo em seu cerne, a incapacidade de inovação tecnológica, má distribuição dos recursos e aumento da desigualdade. A IIRSA e o Plano Mesoamérica se tornam, portanto, mais um canal para atender os velhos interesses de crescimento econômico sustentando um modelo de desenvolvimento que não atende aos interesses do conjunto da sociedade se os privilégios a pequenos núcleos de poder político e econômico ainda permanecerem.

Referências Bibliográficas

CARCANHOLO, R. A atual crise do capitalismo. *Crítica Marxista* (São Paulo), v. 29, p. 49-55, 2009.

CARRION, M. C.; PAIM, E. S. IIRSA: Desvendando interesses. Porto Alegre: Amigos da Terra, fevereiro de 2006. Disponível em: <www.riosvivos.org.br>. Acesso em: 20 dez. 2012.

COUTO, L. F.; PADULA, R. Infraestrutura na América do Sul nos anos 2000: do regionalismo aberto às perspectivas de mudança. *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe* 2012, número 9, p. 449-478. 2012. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2013/03/anuario2012.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2013.

COUTO, L. F. A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana – IIRSA como instrumento da política exterior do Brasil para a América do Sul. *Revista Brasileira de Economia Doméstica*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.1-18, jan. 2006. Disponível em: <<http://www.revistaokos.org/seer/index.php/oikos/article/view/109/7>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

DABÉNE, O. La cuarta ola de regionalismo. Los desafíos del desarrollo em América Latina: dinámicas socioeconómicas y políticas públicas. Ed. 2. Institut des Amériques. p. 64-96. 2014. Disponível em: <<http://www.afd.fr/jahia/webdav/site/afd/shared/PUBLICATIONS/RECHERCHE/Scientifiques/A-savoir/24-VE-A-Savoir.pdf>>

FERNANDÉZ, W. N. Notas sobre el desarrollo de la iniciativa IIRSA: semejanzas y diferencias con el Programa Mesoamérica (Plan Puebla Panamá). Desafíos del desarrollo de la infraestructura regional para el medio ambiente, la cohesión social y la gobernabilidad del Mercosur. 75-100. 2012. Disponível em: <http://www.ujmd.edu.sv/images/PDF/posgrados/Desaf%C3%ADos_del_desarrollo_de_la_infraestructura_regional.pdf>. Acesso em: 14 out. 2014.

GRAVA, D. S. Desenvolvimento, democracia e reprimarização da economia na América Latina. Ponto de Vista: Perspectivas sobre o desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 2, p.1-14, fev. 2014. Disponível em: <<http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto%20de%20Vista%20N.2,%20fevereiro%202014.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

HAUSMANN, R.; HIDALGO, C. A. Country diversification, product ubiquity, and economic divergence. Harvard Center for International Development Working Paper 201. 44 p. 2010.

HIRSCHMAN, Albert. Estratégia do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Fundo de Cultura, 1961.

IIRSA. Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. API: Agenda de Projetos Prioritários de Integração. 2011. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/api_agenda_de_projetos_port.pdf>. Acesso em: 16 out. 2013.

IPEA. Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2010. 300 p. 3 v.

MACHINEA, J. L. La Re-Primarización en América Latina: Hechos y Propuestas. In: Anuario Iberoamericano 2012. Real Instituto Elcano/Agencia EFE, Madrid. 2012. Disponível em: <<http://www.anuarioiberoamericano.es/pdf/2012/anuario-2012.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

MANCIO, D.; MOREIRA, R. C. A dependência latino-americana e a reprimarização do continente. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2012, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. p. 1-25.

MARINI, Ruy Mauro. Capítulo 2: “Dialética da dependência”. In: Dialética da dependência. Petrópolis-RJ: Ed Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

NOVION, J. Hegemonía, Integración Y Seguridad En Las Américas A Principios Del Siglo XXI. In: 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2014, Camxambú. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9075&Itemid=217>. Acesso em: 10 mar. 2015.

OLIVEIRA, L. G. Expansão Cíclica da Economia Brasileira: um resgate da abordagem de demanda derivada de Wallich. Texto para Discussão nº 003/2015, Brasília, p.1-10, jan. 2015. Texto para Discussão. Disponível em: <<http://site.ceag.unb.br/ceag/public/arquivos/biblioteca/6254d1e02a79613bcc4a09d2d9aef582.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

OCAMPO, J. A. et al. **La crisis latinoamericana de la deuda desde la perspectiva histórica**. Santiago de Chile: Cepal, 2014. 176 p. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36761/S20131019_es.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 jul. 2015.

RODRÍGUEZ, N. L. Crisis, reprimarización y territorio en economías emergentes: caso Colombia. V Jornadas de Geografía Económica. Girona, p. 1-12. 2012. Disponível em: <http://www3.udg.edu/publicacions/vell/electroniques/Crisis_economica_e_impactos_territoriales/2/2_1_LEON_RODRIGUEZ.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014

ROZAS, P.; SÁNCHEZ, R., Desarrollo de infraestructura y crecimiento económico: revisión conceptual, Serie recursos naturales e infraestructura CEPAL, nº 75, Santiago de Chile, octubre 2004;